

Comissão de Pregão

Processo nº 15682/2019

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2020

Objeto: Contratação de serviços elétricos com fornecimento de material de consumo para manutenção corretiva dos circuitos de tomadas elétricas e iluminação, incluindo a instalação de rabichos e extensões nos locais de votação e apuração das Zonas Eleitorais da Capital do Estado da Bahia, visando à realização das Eleições de 2020.

RELATÓRIO FINAL

Instado a proceder à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objeto foi o descrito acima, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar o edital nos *sites* do TRE-BA e do Comprasnet, bem como o aviso de licitação no Diário Oficial da União.

Consoante razões aduzidas no Processo, o pregoeiro inicialmente designado para conduzir o certame precisou ser substituído por este que ao final subscreve o presente relatório.

No dia e hora aprazados, este pregoeiro, designado pela Portaria n.º 71, de 04/04/2019, procedeu à abertura da sessão e após a análise das propostas, classificou as licitantes para a fase de lances, conforme previsto no ato convocatório.

Durante a referida fase, as licitantes foram insistentemente instadas a reduzirem seus preços, constantes das propostas e registrados em ata.

Ao encerrar a fase de competição, as licitantes foram classificadas conforme o menor de preço de suas respectivas propostas.

Conforme consignado em ata, os licitantes provisoriamente classificados em **1º e 2º lugar** tiveram as suas propostas recusadas, em razão de apresentarem valores manifestamente inexequíveis, a saber:

Recusa da proposta. Fornecedor: EMERSON ALEXANDRE C DA SILVA, CNPJ: 13.044.354/0001- 80, **pelo melhor lance de R\$ 169,99**. Motivo: Proposta recusada por apresentar valor manifestamente inexequível.

Recusa da proposta. Fornecedor: TSZ SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ: 36.179.648/0001-14, **pelo melhor lance de R\$ 174,99**. Motivo: Proposta recusada por apresentar valor manifestamente inexequível.

Ainda durante a referida etapa competitiva, este pregoeiro solicitou às licitantes especial atenção no envio de lances, tendo em vista a remessa de alguns deles claramente inexequíveis e sem a observância da regra da digitação de ofertas com 4 (quatro) casas decimais.

Encerrada a fase de lances, a licitante classificada provisoriamente em **3º lugar**, a empresa **REAL ENERGY LTDA, CNPJ: 41.116.138/0001-38**, no prazo estipulado no edital, enviou, pelo sistema, a proposta padrão ajustada ao lance final, no valor de R\$ 172.000,00.

Após contato com a área técnica, foi solicitado àquela licitante, por meio do *chat*, que prestasse os seguintes esclarecimentos:

1. Indicar qual a base da tabela SINAPI que foi levada em consideração; e
2. Esclarecer porque, no BDI, o INSS está zerado.

Em resposta, a licitante esclareceu que a tabela SINAPI (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil) que foi levada em conta foi a referente ao mês de outubro/2019 e que o BDI (Benefício e Despesas Indiretas) estava zerado porque a tributação da sua empresa é do tipo “onerada”.

Os esclarecimentos prestados pela licitante foram submetidos à área técnica que os referendou e, nesse sentido, a licitante teve a sua proposta aceita.

Passando-se à fase de habilitação e, após a análise dos documentos de habilitação anexados e da oitiva da área técnica, bem como a consulta aos *sites* do SICAF, CREA-PE, CNJ e CEIS, este pregoeiro concluiu que a referida documentação preencheu todas as exigências habilitatórias, considerando a empresa **REAL ENERGY LTDA**, com o lance final de **R\$ 172.000,00**, como a vencedora do certame.

Na consulta feita junto ao SICAF, consta que a referida empresa encontra-se cumprindo a pena de suspensão temporária do direito de licitar, aplicada pela Superintendência Regional do DNIT no Estado da Bahia e com abrangência apenas perante o citado órgão sancionador, durante o período de 17/03 a 16/09/2020.

Habilitada a vencedora, foi aberto o prazo para que as demais licitantes, querendo, pudessem registrar intenção de recorrer da decisão proferida por este Pregoeiro.

Registrada a intenção de recorrer pela empresa **MARCCARY ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 24.537.805/0001-37**, a mesma apresentou as seguintes razões em grau de recurso:

(...)

1. A recorrida apresentou as composições de preços parte integrante da proposta com especificações, objeto e local de execução, diferentes das indicadas no Anexo I do Edital, não atendendo as exigências editalícias descritas nos itens 4.2.1 e 4.9, como sejam:

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

4.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.

2. A recorrida adotou alíquotas de PIS e COFINS, no cálculo do BDI, com base na tributação de incidência cumulativa, não coerente para empresas tributadas pelo Lucro Real para o IRPJ e CSLL, bem como, adotou a alíquota de 2,5% para o imposto ISS, ao invés de 5%, conforme a legislação municipal de Salvador- BA, devendo ser enquadrada nos itens 2.7 e 4.4, como sejam:

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

Por todo o exposto, requer:

a) O conhecimento do presente recurso para que, em seu mérito, seja julgado procedente para desclassificar e inhabilitar a Recorrida Polo Arquitetura e Construção Ltda, para o presente Pregão, consoante à fundamentação supra;

b) Acaso Vossa Senhoria entenda que a decisão habilitatória e classificatória não deva ser reformada requer que sejam os autos encaminhados à Autoridade Competente para apreciação do pedido de reforma retroconsignado.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Também por meio do sistema, a Recorrida em defesa sustentou os seguintes argumentos:

(...)

Quanto ao item I apontado, a recorrida se equivocou no momento da escrita do objeto e do local, no que tange as páginas de composição de custos, entretanto, a mesma declarou concordância com todos os termos do Instrumento convocatório, bem como a Proposta de preços apresentada destrinchando consolidação de todos os itens previstos para executar o objeto disposto.

De igual modo, no que toca o item II, a recorrida falhou na digitação no que se trata a porcentagem de 2,5 para o ISS, ao invés de 5%, na composição de B.D.I, qual não se altera, como não altera a característica da mesma de ter o menor valor global de oferta do certame.

Assim, assistindo o item III, compreende-se que a pretensão da recorrente do que menciona, que, no caso, vai de encontro à lisura, é de ocasionar o constrangimento da recorrida, como deslustrar a decisão proferida advinda.

IV. DOS REQUERIMENTOS

Bastando ver o que fora explicitado,
pleiteamos a o desmerecimento da MACCARY ENGENHARIA LTDA.

Assiste razão à Recorrida ao aduzir que houve erro material, perfeitamente sanável, ao indicar, na planilha orçamentária, que a realização dos serviços ocorreria junto ao Tribunal de Justiça do Paraná, por equívoco. Não é demais ressaltar que, ao encaminhar a proposta final ajustada, a Recorrida corretamente apontou este Órgão como o destinatário do referido documento.

Quanto à segunda questão trazida pela Recorrente, também não pode prosperar: eis que a área técnica deste Tribunal, após minucioso exame, entendeu por bem que a planilha apresentada pela Recorrida atendia plenamente aos requisitos editalícios.

Isto posto, este pregoeiro **mantém** a decisão que sagrou vencedora do certame a empresa **REAL ENERGY LTDA, CNPJ: 41.116.138/0001-38**.

Feita a juntada aos autos das declarações firmadas eletronicamente pelos licitantes e do resultado por fornecedor, submete-se o presente relatório final à apreciação superior da Diretoria Geral deste Tribunal, por intermédio da ASSESD, de ordem.

Salvador, em 13 de abril de 2020.

Arthur Ribeiro Rocha
Pregoeiro